

O processo de urbanização alagoana: os motivos do movimento tardio (1933-1988)¹

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes²

Resumo: O referido artigo tem como objetivo analisar os motivos e causas do processo da tardia urbanização de Alagoas no período de 1933 a 1988. Para tanto, o trabalho utiliza do método histórico-estrutural aplicado à análise regional. Com base nas análises realizadas, podemos concluir que o declínio do setor têxtil concomitantemente com a predominância da cana-de-açúcar na estrutura produtiva local e nos campos agrícolas provocou um ritmo lento ao processo de urbanização alagoano, tardio em relação ao Brasil e ao Nordeste, visto o baixo dinamismo da divisão social de trabalho e das poucas forças capitalistas de produção em Alagoas.

Palavras-chave: *Urbanização; Organização socioespacial; Alagoas.*

Abstract: The article aims to analyze the reasons and causes of the late urbanization process of Alagoas from 1933 to 1988. For this, the work uses the historical-structural method applied to the regional analysis. Based on the analyzes carried out, we can conclude that the decline of the textile sector, together with the predominance of sugarcane in the local productive structure and in the agricultural fields of Alagoas, caused a slow rhythm to the process of urbanization of Alagoas, late in relation to Brazil and Northeast, given the low dynamism of the social division of labor and the meager capitalist productive forces in Alagoas.

Key-words: *Urbanization; Socio-spatial organization; Sugar cane; Alagoas.*

¹ O estudo é parte do trabalho de dissertação do autor, intitulado: Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX. Foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

² Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/IE/CEDE); Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Email: guilherme.cla.lopes@gmail.com.

1. Introdução

Ponto de partida deste trabalho é delimitar o conceito chave para este artigo: organização socioespacial. Isto é, o espaço como fruto de uma construção social, cuja forma, organização e função são de acordo com as necessidades da produção material de determinada etapa histórica. Portanto, a organização espacial de cada território seria a manifestação de cada modo de produção, de modo que o espaço é a dimensão das coisas e dos processos que se dão no mundo material. Assim, a variável espacial é dado da realidade objetiva e deve ser pensada como totalidade formada por múltiplas determinações (PALÁCIOS, 1979).

À vista dessa conceituação, o objetivo geral do trabalho é identificar e periodizar as transformações da economia e da organização socioespacial de Alagoas, mais especificamente do seu processo de urbanização, tardio em relação ao Brasil e ao Nordeste. O problema a ser respondido, portanto, consiste em: quais os elementos que postergaram o processo de urbanização em Alagoas?

Quanto a proposta de elaborar uma periodização para essas transformações-econômicas e espaciais- buscamos retratar a especificidade de Alagoas, mas de modo que não analisemos o estado isoladamente, mas sim ao contrário, na busca por compreender sua particularidade baseando-se no movimento mais geral da economia nacional e internacional. Assim, ao propor essa periodização não estamos nos afastando dos marcos propostos pela literatura da economia brasileira baseada no método histórico-estrutural³, na verdade procuramos um diálogo direto com a periodização adotada, para, a partir dela, apontarmos para especificidades próprias do estado. Busca-se, assim, através da visão de *transescalaridade*, identificar as especificidades desse estado dentro de uma escala acima dela, a nacional, isto é, a interlocução entre a parte e o todo. Propomos, portanto, uma periodização específica, mas não autônoma (BRANDÃO, 2007).

A hipótese levantada é que tais fatores de transformação decorrem pelos diferentes tipos de ocupação e de uso da terra (rural e urbana) e de mudanças na produção em diferentes etapas históricas. Dito de outro modo, é por conta da especialização produtiva de açúcar e álcool nos campos agrícolas e na estrutura produtiva local, estruturada sob uma intensa concentração da renda e da terra, que não houve a promoção da divisão social

³ Ver Cano (2007 e 2008); Mello (2006); Furtado (2006).

do trabalho e nem das forças capitalistas de produção no estado. Isto implicou em um ritmo de urbanização muito mais lento, além de bastante concentrado na capital do estado, Maceió. Ou seja, tratamos do lento ritmo de urbanização e da concentração da rede urbana como fenômenos correlatos regidos pela hegemonia canavieira na esfera da produção, que reformula e reorganiza a espacialização das atividades produtivas, dos serviços e da circulação de pessoas e mercadorias em Alagoas.

Para embasar o trabalho, utilizou-se o método histórico estrutural aplicado à análise regional, por meio de pesquisa qualitativa, através de revisão bibliográfica acerca de alguns autores clássicos que tratam da economia alagoana- Costa (1932); Diegues Jr (1949; 2012;); Sant'Anna (1970); Altavila (1988); Lira (1997); Lima (2006); Lima Jr (2014), Carvalho (2018), entre outros- e pesquisa quantitativa com uso de estatística descritiva utilizando algumas fontes de dados secundários, como a utilização dos censos demográficos, agropecuários, industriais, enciclopédia dos municípios, todos do IBGE, além de dados de outras instituições cujas informações foram aplicadas ao objeto de estudo como a SUDENE, IPEA, Banco do Nordeste, Governo do Estado de Alagoas, entre outros.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução: A segunda trata da formação do território até 1933, quando do início do processo de urbanização e uma incipiente e descentralizada rede urbana. A terceira seção (1933-1967) versa sobre o início da predominância na cana-de-açúcar em detrimento da produção algodoeira, com mudanças na organização socioespacial, principalmente com um ritmo de urbanização mais lento do que o período anterior. O quarto tópico (1967-1988) apresenta o período de exceção de crescimento relativo da indústria paradoxalmente com a forte expansão canavieira, elementos que tiveram como rebatimento o êxodo rural, a concentração da rede urbana, um certo aumento no ritmo de urbanização e a superação da parcela da população urbana sobre a rural. A última seção apresenta as conclusões finais.

2. A Formação territorial e a incipiente e descentralizada urbanização alagoana

Nesta seção, abordamos, sucintamente, o processo de formação e organização territorial alagoana até 1933. É necessário resgatar a formação do espaço e suas transformações, pois é ele (o espaço) o reflexo material das mudanças no âmbito da produção e acumulação. A periodização adotada segue até o ano de 1933, pois se acredita que a implementação da Autarquia do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) naquele ano foi

um marco para a economia e a organização socioespacial alagoana, especialmente quanto à especialização na produção do açúcar e do álcool e início de sua hegemonia no século XX, até então em competição com o setor têxtil.

Quanto à formação histórica do espaço alagoano (antiga porção sul da capitania de Pernambuco), este foi motivado pela produção açucareira e instalação de engenhos, embora Penedo tivesse sua ocupação inicial justificada por fins militares⁴(DIEGUES JR, 1949). Segundo Altavila (1988, p.90):“Deve-se à indústria açucareira o povoamento de grande parte do território alagoano. Os povoados, quase sempre, surgiam nas cercanias dos engenhos”. Assim, a cana-de-açúcar concebeu ao espaço um uso, uma finalidade econômica que justificava e viabilizava sua ocupação.

Apesar de vital como fonte primária de ocupação do espaço, não havia somente a cana-de-açúcar no território alagoano. O estado era provido de boa condição pastoril. O gado se deslocava e fomentava o povoamento pelo interior, principalmente do sertão, mas também presente na porção sul da zona da mata de Alagoas. Assim, até o século XVII, a organização socioespacial alagoana era baseada no entorno do binômio: cana-pecuária. (SANT’ANNA, 1970); (CARVALHO, 2015).

Somente na segunda metade do século XVIII e início do século XIX é que outra atividade, o algodão, seria acrescentada ao binômio originário. Com expressivo valor econômico, o algodão passa a ocupar áreas “esquecidas” pela cana-de-açúcar, especialmente no agreste e algumas partes do sertão, e com atividade pastoril menos intensa, à margem do binômio cana-pecuária/zona da mata-sertão (ANDRADE, 1963).

Para além das atividades agropecuárias, fator crucial para o incipiente crescimento das cidades em Alagoas no final do século XIX foram às construções das ferrovias⁵ e das estradas de rodagem⁶, já no século XX. As construções das estradas (de ferro e de

⁴ Em 1560 foi fundada a vila de Penedo, no limite territorial da parte sul da Capitania de Pernambuco, localizada nas margens do rio São Francisco, onde foi construído um arraial fortificado para garantir a ocupação e defesa do território.

⁵ As estradas de ferro de longo percurso foram construídas de 1884, que partia de Maceió até Imperatriz (União dos Palmares). Depois foram construídos dois ramos, um para Santa Luzia do Norte e outro para Assembleia (atual Viçosa), em 1885. Tempos depois, essa mesma estrada foi prolongada para Quebrangulo e daí até Palmeira dos Índios, onde chegaria até Porto Real do Colégio, nas margens do rio São Francisco, em 1911 (DIEGUES JR., 2012).

⁶ As primeiras estradas de rodagem foram construídas somente em 1914, por meio de uma ação individual do industrial têxtil Delmiro Gouveia, que ligava Água Branca a Vitória (atual Quebrangulo), percurso de cerca de 250 quilômetros que servia aos municípios de Água Branca, Paulo Afonso (atual Mata Grande),

rodagem) resultaram no aumento da circulação de pessoas e mercadorias para às cidades ao quais as estradas perpassavam e interligavam-se, o que as fazia ascender como centros comerciais e urbanos.

Temos então que até 1933, essas atividades econômicas (o trinômio cana-pecuária-algodão) auxiliada pelo fomento e expansão das vias de comunicação, estavam territorialmente bem distribuídas (a zona da mata com a cana-de-açúcar, o agreste com o algodão e o sertão com a pecuária). Com melhor distribuição entre as diferentes atividades econômicas e diferentes dinamismos do uso do espaço entre elas, o incipiente processo de urbanização e a constituição de sua rede urbana se apresentava de modo descentralizado na década de 1930, mais esparsa pelo território, como podemos ver pela **tabela 1**, contatado pela dispersão populacional entre as cidades, visto que as 10 maiores cidades alagoanas concentravam pouco menos da metade da população total do Estado (46%), enquanto o restante da população (54%) se dispersava entre as demais 24 cidades. Havia, assim, uma maior capilaridade de uma embrionária rede urbana no início do século XX.

Tal fato deve ser atrelado ao peso da cotonicultura para a economia alagoana até então. Pois, o desenvolvimento da indústria têxtil promovia o assalariamento da mão de obra, incorporação do trabalhador à cidade, estimulava a monetização da economia local e assim a propagação da renda, o que fomentava importantes encadeamentos industriais “para frente”, com impulsão ao comércio e serviços na cidade. Além disto, a maior parte do algodão era produzido em fazendas de pequeno e médio porte, em consorciado também com outras culturas. Além disso, não só propiciava o crescimento do mercado urbano e comercial das cidades, como também atraía a infraestrutura de transportes para escoamento e viabilização da produção, o que aumentava, inclusive, o poder de influência, a hinterlândia de algumas dessas cidades sobre as demais.

Assim, no recenseamento de 1922 (**tabela 1**) eram as cidades ligadas à cotonicultura, mais interioranas, localizadas na divisa entre a zona da mata e o agreste,

Santana do Ipanema, Palmeira dos índios e Vitória. Essa estrada era a rota comercial do algodão. Em 1920 era construída a estrada de rodagem do norte, que ligava Maceió a Camaragibe, durante o governo de Fernandes Lima (1918-1921). Esse governador destacou-se por construir mais de 400 quilômetros de estradas de rodagem, que ligavam a sede dos municípios da zona da mata à capital. Foi só no governo de Álvaro Paes (1928-1930) que começou a primeira estrada de rodagem de penetração da zona da mata ao interior, de Atalaia à Palmeira dos índios (SANT’ANNA, 1970).

como em União, Viçosa e União dos Palmares, que aglomeravam o maior número de habitantes. A Atalaia, a seu turno, representa um caso particular, porquanto se deveu à industrialização do setor sucroalcooleiro, que, apesar de seus efeitos socioeconômicos perversos, suscitou, ao menos para essa cidade, crescimento urbano mediante a instalação de três das maiores usinas do estado (Brasileiro, Ouricuri e Uruba).

Tabela 1 Alagoas: 10 maiores cidades de Alagoas em 1922.

Município	População	Concentração (%)	Atividade Predominante
Maceió	74.166	8%	Mercantil/Administrativa
Atalaia	64.035	7%	Canaveira
União	56.394	6%	Têxtil
Viçosa	57.790	6%	Têxtil
Anadia	51.150	5%	Têxtil
S. José da Lage	47.729	5%	Têxtil
Muricy	38.458	4%	Canaveira
Palmeira dos Índios	39.271	4%	Têxtil/Pecuária
Sant'Anna do Ipanema	40.234	4%	Têxtil/Pecuária
Victoria (Quebrangulo)	34.317	3%	Têxtil
Colônia Leopoldina	24.945	3%	Canaveira
Demais cidades*	452.259	46%	
Total	980.748	100%	

Fonte: Elaboração própria a partir do Arquivo Público de Alagoas (1923).

Nota: * Essas demais cidades eram 24 de 34 cidades no total.

Em verdade, o algodão organizou uma forma diferente de povoamento e organização socioespacial. De modo geral, a força do setor têxtil, pelo maior grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho, agia como uma força de empuxo para a urbanização do estado. Para Andrade (1963), a cotonicultura tinha impacto maior no crescimento e na urbanização das cidades que estavam no entorno de sua produção do que àquelas que se situavam no entorno da produção açucareira.

3. As mudanças nos principais segmentos produtivos alagoanos: a especialização produtiva e seus impactos no ritmo da urbanização (1933-1967)

Em processo de urbanização já nas primeiras décadas do século XX, tal qual acontecia com o Brasil, Alagoas creditava esse movimento, principalmente, à expansão da

cotonicultura, com a formação de uma incipiente rede urbana descentralizada pelo estado. Entretanto, com o decreto nº 22.789 de 1933 foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)⁷, cujas medidas implicaram no âmbito econômico na especialização produtiva estadual no açúcar e no álcool, e especialmente na redução do ritmo de urbanização e concentração da rede urbana.

Com o IAA, houve grande aumento da produção canavieira, especialmente quando o mercado açucareiro foi incentivado por conta da revolução cubana de 1959, que removeu os produtores deste país do mercado preferencial norte-americano, cedendo espaço aos produtores brasileiros. Como pelo acordo do IAA o acesso ao mercado externo se destinara preferencialmente aos produtores nordestinos, foram eles os principais privilegiados dessa abertura do mercado estadunidense. Em Alagoas, o principal elemento dessa expansão foi a incorporação de novas terras para produção- em direção aos tabuleiros costeiros sul⁸- de modo que se expandiu sem elevar significativamente a composição orgânica do capital, portanto sem fomentar a produtividade em níveis mais elevados. Assim, o crescimento da produção alagoana de cana-de-açúcar residiu na expansão da monocultura-latifundiária, o que exacerbou a concentração de renda e terras, como podemos observar pela **tabela 2**, ao indicar o aumento da concentração das terras devido ao maior número de estabelecimentos com menos de 10 hectares, porém diminuição de sua área, enquanto os estabelecimentos com 100 a menos de 1.000 hectares ocorre o fenômeno inverso, e também pela ocupação de 20,1% da área para os 0,2% dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares.

⁷ Algumas das ações do IAA foram: i) controle regionalizado da produção de açúcar por meio de cotas de produção para cada estado e cada unidade produtiva; ii) programas de equalização de custos entre os estados produtores; iii) reserva do mercado consumidor interno e externo; iv) regulação dos conflitos entre usineiros e senhores de engenho (banguzeiros); v) administração dos preços para o açúcar e álcool; vi) estímulos à produção de álcool (RAMOS, 1983); (CARVALHO, 2008); (VIAN, 2015).

⁸ Os tabuleiros costeiros constituem uma unidade geoambiental que compreende uma faixa que acompanha todo o litoral brasileiro desde o Rio de Janeiro até o Amapá e se caracteriza predominantemente por áreas de relevo plano a ondulado com altitude média de 50-100m. Em geral, os solos são pobres, profundos, de baixa fertilidade e possuem pouca capacidade de armazenamento de água. (EMBRAPA, 2015).

Tabela 2: ALAGOAS: Grupo de área total - Área e estabelecimento.

Estratos (em hectares)	Estabelecimento				Área			
	1940	(%)	1970	(%)	1940	(%)	1970	(%)
Menos de 10	20.874	63,7%	215	75,0%	191.952	13,4%	450.555	10,3%
10 a menos de 100	9.868	30,1%	78.881	21,6%	273.800	19,1%	231.282	28,6%
100 a menos de 1.000	1.764	5,4%	22.718	3,2%	521.818	36,3%	641.155	40,9%
1.000 a mais	241	0,7%	3.345	0,2%	541.914	37,7%	915.530	20,1%
Total	32.781	100,00%	105.160	100,00%	1437266	100,00%	2.238.522	100,0%

Fonte: Alagoas-Problemas base de Alagoas (1967); IBGE- Censo agropecuário (1970).

Enquanto isso, o setor têxtil alagoano e nordestino declinavam, isto porque, dado a crise de superacumulação do café e a crise internacional de 1929, muitos cafeicultores paulistas migraram para a indústria têxtil e nela encontraram possibilidade de superação da crise e alternativa de utilização da terra para outra cultura. O setor têxtil nacional crescia, quando variou 422% entre 1931 a 1970, de acordo com os dados do censo agrícola, entretanto, esse crescimento foi regionalmente distinto.

A revolução de 1930 e a aproximação de Vargas com a burguesia industrial de São Paulo e Rio de Janeiro, inclusive a têxtil, colocou esses estados em vantagem política para consolidação dos seus interesses e domínio do mercado têxtil nacional (STEIN, 1979). Para isso, os grupos do Sudeste buscaram alguns instrumentos para conter o avanço da indústria têxtil nordestina, considerados grandes concorrentes por serem históricos produtores do algodão e possuir algumas barreiras à entrada. Dentre os mecanismos de contenção do mercado nordestino por parte dos produtores do Sudeste, utilizando-se do aparato jurídico e burocrático estatal, se destacou a adoção de decretos e medidas restritivas para a produção e boqueio a importação de máquinas têxteis, cujo objetivo oficial era evitar uma superprodução do algodão, mas implicitamente tornava obsoleto o setor têxtil nordestino e beneficiava a burguesia têxtil do Sudeste. O artifício do bloqueio de novas importações de máquinas mostra outra face ao se verificar que os produtores do Sudeste já haviam se preparado para tal restrição e importado várias máquinas e equipamentos⁹. O decreto de bloqueio seguiu a deliberação da Associação das Indústrias Têxteis (AIT) de 1928. Essa associação não por coincidência era composta majoritariamente por fábricas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Portanto, enquanto

⁹ Entre 1922 a 1927, Um pouco antes de vigorar o bloqueio (1931), ingressou no país um volume de máquinas têxteis – medido pelo seu peso- quase três vezes maior do que nos sete anos anteriores, direcionados principalmente para os produtores do Sudeste (STEIN, 1979).

durasse o bloqueio os produtores do Sudeste estariam tecnologicamente acima dos concorrentes nordestinos, tornando-se e tornados obsoletos¹⁰ (SALDANHA e LESSA, 2011).

A perda de participação regional e nacional de Alagoas refletia a queda tanto em termos de produção absoluta quanto de área colhida no estado. De 1933 a 1970 houve variação de -21,1% na área colhida e de -69,4% na produção.

Já a pecuária, em meados da segunda metade do século XX, passou a incorporar algumas inovações científico-produtivas para melhoria da qualidade e aumento da quantidade bovina, o que permitiu o aumento da produtividade, a produção em larga escala e a introdução de elementos industriais no setor de alimentos lácteos. Nesse período, foi criada a bacia leiteira dela a pecuária no estado foi se modernizando, aumentando a produção e se especializando cada vez mais na bovinocultura de corte e de leite, concentrado territorialmente no sertão do estado.

Outra cultura agrícola que teve forte expansão no período foi o fumo¹¹, principalmente o fumo de corda de Arapiraca. Importante frisar que apesar da forte expansão da terra utilizada para a produção da cultura, ela não significava, ao contrário da cana-de-açúcar, a instauração de um *plantation* monocultor latifundiário, pois permitia o compartilhamento do solo com outras culturas agrícolas e era realizado em sua maior parte por pequenos e médios proprietários (NARDI, 1996).

Em 1950, a alta do fumo arapiraquense já trazia expressivos resultados para a economia e sociedade arapiraquense, principalmente pela atração e instalação de empresas exportadoras (nacionais e internacionais) a fim de realizar o beneficiamento, a comercialização e exportação do fumo¹². Com isso, ocorreu forte crescimento no setor de

¹⁰ Mas não somente pela obstrução de importações que o setor declinava em Alagoas, mas também por outros fatores pós-1930: i) aumento da concorrência paulista¹⁰; ii) pela ampliação da malha de transportes, que representava uma das “barreiras à entrada” dos produtores alagoanos protegidos da concorrência inter-regional; iii) Na década de 80 com a “praga do bicudo” a cultura algodoeira no estado praticamente desaparece, após passar por longo processo de letargia; iv) preponderância de políticas setoriais voltadas exclusivamente ao setor canavieiro, com poucos amparos ou medidas de proteção para o segmento têxtil.

¹¹ O fumo teve um expressivo crescimento da produção e da área colhida, com variação absoluta de 907% (média anual de 6,4%) na produção alagoana, entre 1933 e 1970 e crescimento de 762% de área colhida (6,0% a. a.) no mesmo período, segundo os dados de censo agrícola.

¹² A empresa espanhola a Exportadora Guarrido foi à primeira delas, instalada em 1950; acompanhada logo depois, em 1951, da C. Pimentel, empresa portuguesa; a brasileira Almerino Portugal em 1952; a belga Ernest Bercovitz em 1953; a brasileira Fraga & Sobel em 1954; a brasileira Cia Souza Cruz e a também brasileira Overback em 1956; a brasileira Gerdi em 1958; a francesa Mangeroux em 1958 e a brasileira

comércio e serviços¹³ para atender às demandas surgidas com a expansão urbana do município. Além disso, as inversões públicas em infraestrutura econômica e em equipamentos urbanos também movimentaram a cidade. O crescimento de Arapiraca foi determinado pelo aumento da produção e da comercialização da “indústria” fumageira e o assalariamento decorrente dessa atividade, o que fomentava a propagação da renda no município.

De qualquer modo, a supremacia da cana na estrutura produtiva local era ainda incontestável, ainda mais pela queda do setor têxtil a partir de 1950, como mostra a **tabela 3** acerca da composição da estrutura produtiva alagoana, com forte participação dos produtos alimentares (açúcar e álcool). Somente a partir de 1970 é que há um aumento da participação relevante de outro gênero, o químico, com a criação da SALGEMA-Indústrias Químicas S.A em 1967 e do polo cloroquímico alagoano (PCA). As mudanças a partir de 1967 serão analisadas no próximo tópico.

Ermor em 1968. Várias outras empresas brasileiras e estrangeiras, exportadoras e comercializadoras do fumo, viriam ainda a se instalar em Arapiraca nos anos posteriores (OLIVEIRA, 2005).

¹³ Várias empresas surgiram e se instalaram na cidade, principalmente na década de 1960/70, como às casas de saúde e hospitais, comércio de adubos e fertilizantes, supermercados, agências bancárias, cinemas, imobiliárias, postos de gasolinas, concessionária de automóveis, faculdades, serviços agropecuários e indústrias, lojas varejistas, atacadistas e de eletrodomésticos, etc. (OLIVEIRA, 2005). Além dessas empresas, a partir de 1970, surgiram no comércio da cidade empresas como a Extra Forte, a Super Bom, o Fumo do Bom, a Rei do Nordeste que estavam relacionadas com o beneficiamento do fumo em corda para comercialização nacional (SANTOS, 2014).

Tabela 3- Alagoas: Participação Relativa da Indústria Referente aos Salários e ao VTI (1950,1960,1970) em %.

<i>Anos</i>	<i>1950</i>		<i>1960</i>		<i>1970</i>	
	<i>Salários</i>	<i>VTI</i>	<i>Salários</i>	<i>VTI</i>	<i>Salários</i>	<i>VTI</i>
<i>Indústria extrativa</i>	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,6%	1,4%
.Extração de minerais	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,6%	1,4%
<i>Indústria de transformação</i>	99,7%	99,7%	99,9%	99,9%	99,4%	98,6%
<i>Bens de Consumo Não-Duráveis</i>	91,9%	91,7%	92,3%	91,1%	85,6%	86,5%
.Têxtil	61,0%	45,0%	43,4%	30,9%	18,4%	15,7%
.Vestuário, calçados e tecido	0,7%	0,6%	1,0%	1,0%	1,4%	2,3%
.Produtos alimentares	27,3%	42,7%	43,0%	54,5%	59,2%	63,1%
.Bebidas	0,6%	1,1%	0,7%	0,9%	2,5%	2,1%
.Fumo	0,1%	0,1%	0,3%	0,4%	0,0%	0,0%
.Outros*	2,2%	2,5%	3,9%	3,6%	4,1%	3,3%
<i>Bens Intermediários</i>	7,2%	7,1%	5,7%	7,3%	11,5%	10,7%
.Mineral não metálico	3,0%	2,9%	4,2%	4,0%	4,4%	3,5%
.Química	3,2%	3,8%	0,5%	1,9%	1,0%	4,5%
.Metalurgia	0,1%	0,1%	0,4%	0,6%	6,1%	2,6%
.Outros**	0,9%	0,3%	0,6%	0,8%	0,0%	0,1%
<i>Bens de Consumo Duráveis/Capital</i>	0,4%	0,2%	0,3%	0,1%	1,2%	0,7%
.Mecânica	0,4%	0,2%	0,0%	0,0%	1,0%	0,5%
.Outros***	0,0%	0,0%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE-Censo Industrial (vários anos).

Nota: Outros* indicam os gênero com baixa participação no segmento de bens de consumo não-duráveis.

Nota: Outros** indicam os gêneros com baixa participação no segmento no bens intermediários.

Nota: Outros*** indicam os gêneros com baixa participação no segmento de bens duráveis

A expansão da cana-de-açúcar nos campos agrícolas e a especialização produtiva na produção de açúcar e álcool, espacialmente se refletiu em uma redução no ritmo de urbanização, como visto na **tabela 4**.

Tabela 4- Evolução da população rural e urbana (1940-1970).

Estado	1940		1950		1960		1970	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Alagoas	76%	24%	74%	26%	66%	34%	60%	40%
Bahia	76%	24%	72%	28%	65%	35%	59%	41%
Ceará	77%	23%	75%	25%	66%	34%	59%	41%
Maranhão	85%	15%	83%	17%	82%	18%	75%	25%
Paraíba	78%	22%	73%	27%	65%	35%	58%	42%
Pernambuco	71%	29%	66%	34%	55%	45%	46%	54%
Piauí	85%	15%	84%	16%	77%	23%	68%	32%
Rio Grande do Norte	79%	21%	73%	27%	63%	37%	52%	48%
Sergipe	69%	31%	68%	32%	61%	39%	54%	46%
Nordeste	77%	23%	73%	27%	66%	34%	58%	42%
Brasil	69%	31%	65%	35%	55%	45%	44%	56%

Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

Apesar de ter um padrão majoritariamente rural, tal qual o Nordeste e o Brasil, Alagoas era em 1940 o terceiro estado com maior percentual urbano, igualado com a Bahia. Em 1970, entretanto, esse quadro se invertia, a maior parte da população brasileira já era urbana, o NE diminuía fortemente a diferença entre a população do campo e da cidade, enquanto Alagoas, apesar de também diminuir essa discrepância, se tornava o terceiro estado menos urbanizado do Nordeste, atrás do Maranhão e do Piauí. Contudo, esses dois estados, junto com o Rio Grande do Norte, eram também os de maior velocidade do processo de urbanização, enquanto Alagoas era o segundo estado mais lento durante o período de 1940 a 1970, como nos mostra a **tabela 5**, com o ritmo de urbanização bem abaixo do Nordeste e do Brasil, atrás apenas de Sergipe, que em 1970 era o terceiro estado mais urbanizado do Nordeste, portanto, aceitável que seu ritmo de urbanização já não tivesse a mesma velocidade de antes.

Tabela 5: Crescimento urbano (1940-1970).

Anos	Variação da população Urbana			
	1950-1940	1960-1950	1970-1960	1970-1940
Alagoas	25%	47%	50%	176%
Bahia	44%	52%	51%	229%
Ceará	45%	61%	61%	275%
Maranhão	48%	61%	70%	306%
Paraíba	47%	52%	44%	222%
Pernambuco	48%	56%	54%	257%
Piauí	37%	72%	84%	333%
Rio Grande do Norte	58%	64%	72%	348%
Sergipe	23%	42%	43%	150%
NE	44%	56%	56%	248%
Brasil	41%	74%	65%	304%

Fonte: IBGE/Ipeadata (2010).

Se até 1940 o Estado era o 3º mais urbanizado do nordeste, isso se deveu ao crescimento do setor têxtil e o desenvolvimento da divisão social do trabalho pela própria cadeia produtiva “para frente” do setor, que incorporava o trabalhador à cidade, promovia o assalariamento, a propagação da renda e a circulação monetária, estimulava a pequena e média propriedade, o comércio, o serviços e assim fomentava o crescimento da urbanização pelo estado, assim como uma rede urbana mais espreada pelo território.

Entretanto, em 1970 se observa a lentidão da urbanização alagoana em contraste com a velocidade da década de 40, quando passou a ser o 3º menos urbanizado ao invés de 3º mais urbanizado. A resposta para isso repousa na crise do setor algodoeiro e a expansão da cana-de-açúcar, que tinha direção diametralmente oposta a cotonicultura, no sentido de sua cadeia produtiva pouco dinamizadora, de fracos estímulos “para frente” e no baixo estímulo da divisão social do trabalho e da urbanização, devido a concentração de terras e da renda nas mãos de poucos usineiros, contração monetária, baixo nível de progresso técnico oriundo do setor e da poupança, fraco incentivo ao desenvolvimento de comércio e serviços urbanos, entre outros elementos que não promoviam ou não aceleravam o processo de urbanização alagoana.

Em suma, no período tratado (1933-1967), houve o início da especialização da estrutura produtiva no açúcar e no álcool, pela ascensão da cana-de-açúcar, especialmente após a criação do IAA e o definhamento da produção do algodão pelo aumento da concorrência (boicote) com (do) o Centro-Sul. Reflexo espacial e material dessa mudança foi a diminuição no ritmo de urbanização do estado, além de concentração da rede urbana estadual. Essa terceira seção se estende até 1967 quando da criação da SALGEMA em Maceió e aumento da participação do setor químico na economia local, o que promoveu uma alteração no espaço e estrutura econômica alagoana.

4. O período de exceção e a tardia e concentrada urbanização alagoana (1967-1988).

Iniciamos essa seção em 1967, pois com a implantação SALGEMA¹⁴ nesse ano- a partir dos investimentos realizados pela SUDENE¹⁵ - foi iniciado o período de aumento da produção industrial alagoana, alavancado especialmente pelo setor químico. O aumento da indústria reflete uma exceção que não explica a regra, fruto do específico período de crescimento da indústria nacional como um todo. Mas que, de qualquer forma, representou tanto uma mudança conjuntural na estrutura econômica como principalmente uma alteração na organização socioespacial do estado, pois representava a atração de empregos e serviços urbanos, assalariamento da mão-de-obra, incorporação do trabalhador à cidade e desenvolvimento da divisão social do trabalho a partir de sua cadeia produtiva mais diversificada. Paramos em 1988, porque nesse ano o então governador do estado, Fernando Collor, celebrou o “acordo dos usineiros”¹⁶, evento que engendrou a

¹⁴ A instalação da SALGEMA S.A em Alagoas se deve a existência de uma enorme jazida de sal-gema encontrada em Maceió, matéria prima básica para a obtenção da soda cáustica e do cloro, que atenderiam as demandas da Dow Química e da Cia Petroquímica de Camaçari, ambas na Bahia, e das indústrias de celulose do Sul do país.

¹⁵ O objetivo era modificar estruturalmente a economia nordestina e desenvolvê-la para a produção de bens intermediários, de modo a corrigir as desigualdades regionais através da industrialização, além do viés socioeconômico, como as políticas agrárias, sociais e demográficas para a região. Entretanto, após o golpe militar de 1964, a SUDENE mudou sua linha original de atuação, ao qual passou a visar tão somente políticas voltadas ao setor industrial e ao crescimento econômico, sem o mesmo caráter originalmente proposto (ARAÚJO, 2000); (MOREIRA, 1979); (MARANHÃO, 1984).

¹⁶ O “Acordo dos Usineiros” (1988), formalmente denominado “Termos de Transação do Indébito da Cana Própria”, teve início a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerava inconstitucionais alguns dispositivos da Lei Estadual N°4.418/82 que autorizava a cobrança de ICMS sobre a cana própria das usinas. Apesar da decisão do STF extinguir a cobrança do encargo, ela não determinava a devolução do ICMS recolhido anteriormente. Mas algumas usinas aproveitaram da decisão e entraram com um pedido para obter a devolução do ICMS recolhido nos últimos cinco anos e o fim absoluto do pagamento deste imposto, logo negado quanto à devolução dos impostos pelo STF. No entanto apesar de negado pelo próprio STF, o governador Fernando Collor entrou em acordo com os usineiros para ressarcir-

“ultra-especialização” produtiva na produção de açúcar e álcool em Alagoas, aprofundando o processo iniciado ainda na década de 1930, e com o rebatimento espacial sobre a concentração urbana em Maceió, em níveis ainda mais alarmantes.

Esse período de exceção de crescimento da indústria e economia alagoana (1967-1988) é demonstrado pelos dados do IPEA, ao qual de 1960 a 1990 houve um crescimento de 6,7% a. a. do PIB alagoano, pouco acima do crescimento nordestino (6,5%) e brasileiro (5,1%). O crescimento alagoano deve ser creditado tanto à expansão do setor agroindustrial sucroalcooleiro, por conta dos investimentos, subsídios e concessões realizados pelo IAA e pelo crescimento da demanda pelo álcool via Proálcool¹⁷, como pelos investimentos oriundos da SUDENE e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)¹⁸ na indústria em Alagoas, especialmente alocados para a SALGEMA e ao PCA¹⁹ (Polo Cloroquímico Alagoano).

Na **tabela 6** ressalta-se a composição do PIB por setor, a nível nacional, regional e estadual. Chama atenção o forte peso da agricultura no estado, apesar de estar em queda, quando em 1990 correspondia ainda a 22,8% do PIB estadual, enquanto esse peso para o Brasil era apenas de 8,0% e para o Nordeste de 12,0%. De igual modo, é apontado que mesmo em crescimento a indústria alagoana tem peso muito menor para o estado do que verificado para o Nordeste e o Brasil. Importa notar que somente em 1985 a indústria ultrapassa o setor agrícola, fruto da maturação dos investimentos do II PND, mas já no ano de 1990 o setor industrial teve queda de participação relativa, se comparado com 1985, devido ao esgotamento dos efeitos do II PND e praticamente extinção da SUDENE.

los Seu objetivo era reforçar à produção e exportação de açúcar e álcool, baseado no aumento da produtividade e da mecanização, em meio ao período de crise econômica nacional dos anos 1990.

¹⁷ Proálcool (1975-1979) foi um programa do governo federal de estímulo à produção de etanol como principal componente da matriz energética da frota automobilística.

¹⁸ O II PND (1975-1979) tinha difíceis objetivos, como superar a crise econômica nacional, o subdesenvolvimento e a dependência externa brasileira por meio da alteração da estrutura produtiva com o processo de industrialização movido pela grande empresa estatal (LESSA, 1998).

¹⁹ O PCA é um conjunto de empresas do setor químico de 1ª (matérias-primas) e 2ª geração (insumos industriais) voltado para a integração e complementariedade do setor químico nacional. A principal empresa desse polo era a própria SALGEMA, empresa de 1ª geração que produzia o cloro. Mas além dela, o PCA era composto também por outras três empresas (ALCLOR, CPC e a CINAL) diretamente integradas à produção química e uma série de outras empresas que auxiliavam a produção. No total o PCA possuía 75 fornecedores de serviços permanentes além de vários outros temporários (LUSTOSA, 1997).

Tabela 6: Alagoas- Evolução da Participação dos setores no PIB % (1970-1990).

Anos	Brasil			Nordeste			Alagoas		
	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços
1970	12,5%	30,6%	56,8%	22,4%	18,3%	59,3%	28,5%	16,8%	54,6%
1975	11,8%	35,2%	53,1%	21,0%	23,7%	55,3%	27,0%	20,7%	52,3%
1980	10,2%	41,2%	48,5%	16,7%	32,2%	51,2%	23,6%	22,9%	53,5%
1985	11,2%	43,8%	45,0%	17,0%	38,8%	44,2%	24,2%	30,4%	45,4%
1990	8,0%	40,1%	51,9%	12,0%	33,4%	54,6%	22,8%	24,3%	52,9%

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração própria do autor;

Nota: PIB calculado pelo valor adicionado a preço básicos no anos de 2000.

Esse crescimento industrial não deve ser confundido com um processo de industrialização, pois a expansão do setor era movida pelo setor de bens de consumo não-duráveis, especialmente o segmento de produtos alimentares (cana-de-açúcar), e pelo crescimento momentâneo do setor de bens intermediários, especialmente o segmento químico. O setor responsável por internalizar o excedente econômico, desenvolver o mercado interno e promover a complementariedade entre os segmentos produtivos, o segmento de bens de capital, era ínfimo na indústria alagoana, como podemos ver na **tabela 7**.

Tabela 7-Alagoas: Participação Relativa da Indústria referente ao Valor da Produção (VP), Valor de Transformação Industrial (VTI), Mão-de-Obra e Salário (em %)¹.

Anos	1970				1985			
	M-D-O	S	VP	VTI	M-D-O	S	VP	VTI
Indústria extrativa	0,8	0,6	0,6	1,4	0,1	0,2	0	0,6
.Extração de minerais	0,8	0,6	0,6	1,4	0,1	0,2	0	0,6
Indústria de transformação	99,2	99,4	99,4	98,6	99,9	100	100	99,4
<i>Bens de Consumo Não-Duráveis</i>	82	85,6	89,8	86,5	73,2	66	51	45,7
.Têxtil	20,5	18,4	12,7	15,7	3,9	3,2	4,9	5,1
.Produtos alimentares	53,1	59,2	71,6	63,1	57,3	54	39	33,8
.Fumo	0	0	0	0	6,9	3,8	4,7	4,3
.Outros*	8,4	8	5,5	7,7	5	5	2,4	2,5
<i>Bens Intermediários</i>	15,9	12,6	9,2	11,4	23,1	30	46	49,9
.Mineral não metálico	9	4,4	2,1	3,5	6	5,3	0,4	5,2
.Madeira	1,8	1	0,6	0,8	1,4	1,1	0,3	0,4
.Química	1,2	1	4,6	4,5	13,6	20	42	42
.Metalurgia	3,7	6,1	1,8	2,6	1,6	2,6	2,7	2
Outros**	0,2	0	0,1	0,1	0,5	0,4	0,5	0,3
<i>Bens de Consumo Duráveis/Capital</i>	1,3	1,2	0,4	0,7	3,6	4,5	2,9	3,9
.Mecânica	1	1,1	0,3	0,5	3	3,9	2,7	3,5
Outros***	0,3	0,1	0,1	0,2	0,6	0,5	0,3	0,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Censo industriais (1970 e 1985). Elaboração do próprio autor;

Nota¹: Mão-de-Obra (M-D-O); Valor de Transformação Industrial (VTI); Valor de Produção (P); Massa de Salário (S);

Nota: Outros* indicam os gêneros de bens de consumo não duráveis com VTI abaixo de 3% durante todo o período.

Nota: Outros** indicam os gêneros de bens intermediários com o VTI abaixo de 1% durante todo o período

Nota: Outros*** indicam os gêneros no segmento de bens duráveis, com VTI abaixo de 0,5% durante todo o período.

Apesar de estar em queda relativa, o setor agroindustrial sucroalcooleiro teve forte aumento absoluto no período aumento impulsionada pela anexação dos tabuleiros costeiros nos anos 1960 e pelo Proálcool. Sinônimo dessa expansão foi o aumento na concentração de terra, como na **tabela 8**. Em 1995, essa concentração significava que as propriedades com 1.000 hectares ou mais, eram 1% dos estabelecimentos rurais, mas detinham 45,1% de toda a área dos estabelecimentos agropecuários de Alagoas, enquanto

as pequenas propriedades representavam 49,4% dos estabelecimentos e possuíam apenas 2,2% da área agrícola do estado. A grosso modo era muita terra pra pouca gente e muita gente pra pouca terra. O que promovia o êxodo rural dos antigos moradores rurais.

Tabela 8- Alagoas: Área e estabelecimento rural.

Área	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)				Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)			
	1970	1980	1985	1995	1970	1980	1985	1995
Menos de 10 há	51,2%	50,4%	52,8%	49,4%	3,1%	2,5%	2,7%	2,2%
10 a menos de 100 há	39,3%	39,1%	37,2%	39,4%	20,4%	17,7%	18,6%	17,7%
Menos de 100 há	90,5%	89,4%	90,1%	88,9%	23,5%	20,1%	21,2%	20,0%
100 a menos de 1.000 há	8,4%	9,5%	8,9%	9,7%	37,0%	34,8%	35,1%	34,9%
1.000 ha e mais	0,7%	0,9%	0,9%	1,0%	39,5%	45,1%	43,7%	45,1%

Fonte: IBGE-Censo Agropecuário (vários anos).

A **tabela 9** evidencia a evolução da população urbana sob a rural nas escalas estadual, regional e nacional. Em Alagoas, temos um movimento paradoxal que levou a superação da parcela urbana sob a rural. Paradoxal, porque um dos elementos desse aumento foi a expansão da atividade sucroalcooleira, que apesar de não ser uma atividade que promova a urbanização como consequência do seu desenvolvimento e expansão, seu avanço proporcionou o aumento da taxa de urbanização, movido negativamente pelo êxodo rural, ao qual sem opções de renda ou subsistência nos campos agrícolas os moradores rurais de baixa renda eram forçados a migrar para a cidade na busca de condições mínimas de sobrevivência. Concomitantemente com o êxodo rural, o crescimento industrial pelos investimentos da SUDENE e do II PND, concentradas especialmente no setor químico - apesar de se constituir como um enclave econômico, como alerta Lustosa (1997)- estimulava o emprego, comércio, serviços e atividades urbanas ligados à indústria e sua cadeia produtiva “para frente”, o que atraía para a cidade, especialmente Maceió, parte da população rural.

Tabela 9- Brasil: a urbanização da população.

Região/Estado	Pop rural			Pop Urbana		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Brasil	44,1%	32,4%	24,4%	55,9%	67,6%	75,6%
Nordeste	58,2%	49,5%	39,3%	41,8%	50,5%	60,7%
Alagoas	60,2%	50,7%	41,1%	39,8%	49,3%	58,9%
Bahia	58,8%	50,7%	40,9%	41,2%	49,3%	59,1%
Ceará	59,2%	46,9%	34,6%	40,8%	53,1%	65,4%
Maranhão	74,8%	68,6%	60,0%	25,2%	31,4%	40,0%
Paraíba	57,9%	47,7%	35,9%	42,1%	52,3%	64,1%
Pernambuco	45,5%	38,4%	29,1%	54,5%	61,6%	70,9%
Piauí	68,0%	58,0%	47,1%	32,0%	42,0%	52,9%
Rio Grande do Norte	52,5%	41,3%	30,9%	47,5%	58,7%	69,1%
Sergipe	53,9%	45,8%	32,8%	46,1%	54,2%	67,2%

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração do próprio autor.

Apesar do avanço da urbanização em Alagoas, temos que ela ocorreu tardiamente, quando somente na década de 90 é que a população urbana de Alagoas supera a parcela da população rural, 20 anos depois disso acontecer para o Brasil e 10 anos depois de também já ter acontecido no Nordeste. O ritmo da urbanização alagoana ao ano (4,1%) entre 1970 e 1991, se mostrava mais rápida do que da região Nordeste (3,8%) e do Brasil (3,7%), como visto pela **tabela 10**. Esse aumento do ritmo de urbanização, como visto acima, deve ser atrelado aos investimentos na SALGEMA e no PCA e ao êxodo rural pelo avanço extensivo da cana-de-açúcar.

Tabela 10- Nordeste: Taxas de crescimento da urbanização.

Região/Estado	Pop Urbana		
	1970-1980	1980-1991	1970-1991
Brasil	4,4%	3,0%	3,7%
Nordeste	4,1%	3,5%	3,8%
Alagoas	4,5%	4,3%	4,1%
Bahia	4,2%	4,2%	4,0%
Ceará	4,7%	4,0%	4,1%
Maranhão	5,2%	4,6%	4,7%
Paraíba	3,8%	3,5%	3,5%
Pernambuco	3,0%	2,9%	2,8%
Piauí	5,3%	4,3%	4,5%
Rio Grande do Norte	4,2%	4,1%	4,0%
Sergipe	4,1%	5,0%	4,3%

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração do próprio autor.

Essa urbanização, entretanto, estava concentrada em Maceió e Arapiraca, quando as duas cidades somavam 31,6% de toda a população em 1991 e somente a capital concentrava 25% desse total, como podemos ver pela **tabela 11**. E pior, se consideramos os moradores urbanos em Alagoas, Maceió concentrava 39,8% e Arapiraca, 8,8%, portanto, quase metade dos moradores urbanos (48,2%) estavam aglutinados apenas em dois municípios, o que demonstra o baixo dinamismo dos demais, o atrofiamento da rede urbana estadual e o parco avanço das relações capitalistas de produção pelo estado.

Tabela 11- Alagoas: As cinco maiores cidades alagoanas segundo a participação da população (em %).

Municípios	1970	1980	1991
Maceió	16,6%	20,1%	25,0%
Arapiraca	5,9%	6,9%	6,6%
Palmeira dos Índios	3,9%	3,4%	3,1%
União dos Palmares	3,2%	2,7%	2,3%
Rio Largo	2,4%	2,2%	2,1%
Demais cidades*	68,0%	64,8%	60,9%

Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração própria.

Nota*: Em 1970 eram 92 municípios, assim como em 1980. Em 1991 eram 98 municípios.

Portanto, o que se observa no período de 1967 até 1988, é um período de exceção de crescimento industrial regido pelo setor químico e de mudança na organização socioespacial com a tardia superação da participação da população urbana sobre a rural e concentração da rede urbana, contudo um processo de urbanização caótico, concentrado basicamente na capital e também em parte em Arapiraca, diferentemente daquele padrão disperso da incipiente rede urbana analisada na primeira seção.

5. Conclusão

O trabalho procurou dar ênfase para alguns momentos chaves do estado, adotando uma periodização específica para a história alagoana à luz de suas transformações econômicas e em sua organização socioespacial.

Foi visto que a urbanização alagoana nos primórdios do século XX acompanhava e até superava alguns dos estados nordestinos, quando era o terceiro estado mais urbanizado do Nordeste até 1940. Motivo desse processo de urbanização e com uma incipiente rede urbana mais descentralizada foi à importância do setor têxtil na estrutura econômica local. Contudo, esse ritmo mais acelerado e a forma mais descentralizada da urbanização não se verificam no período seguinte à criação do IAA (1933-1967). Um período de aceleração desse ritmo de urbanização (1967-1988), o que representou também a concentração dessa urbanização, foram os anos em que os investimentos públicos promoveram o crescimento relativo da indústria na estrutura econômica local, entretanto, um período de exceção ao qual, quando tais investimentos minguaram e a crise econômica se abateu sobre o país na década de 1980, o legado desse crescimento

industrial não havia sido a modificação estrutural da economia alagoana, se não conjuntural e ainda atrelada ao papel de exportadora de insumos- industriais e alimentícios- e mão-de-obra para as outras regiões do país.

De modo geral, a conclusão do trabalho para esse ritmo mais lento e a forma mais concentrada da urbanização alagoana, está na especialização produtiva do açúcar e do álcool na estrutura produtiva local e da predominância da cana-de-açúcar nos campos agrícolas, isto é, a dominância da cana-de-açúcar na economia e no espaço alagoano a partir de 1933 com a implementação do IAA. A cadeia produtiva canavieira representava praticamente o inverso da estrutura “para frente” do setor têxtil e do segmento industrial de bens intermediários e bens de capital, isto é, significava concentração de terra e renda nas mãos dos usineiros, parco estímulo ao comércio e serviços no entorno da atividade, diminuto grau de circulação monetária no estado, baixa incorporação do progresso técnico e dos trabalhadores à cidade e baixo nível de desenvolvimento social do trabalho e das forças capitalistas de produção. Elementos esses que significaram um retardo ao processo de urbanização no estado.

Este estudo encerra-se em 1988, ao final de uma década caracterizada pela estagnação da economia brasileira, queda dos investimentos públicos e industriais, maturação de projetos originados no II PND e da SUDENE e pelos processos de abertura comercial, desregulamentação setorial e reestruturação produtiva. Especificamente, preferimos encerrar em 1988 por ser o ano do “acordo dos usineiros”, ao qual apenas reforçou as consequências para a década subsequente (1990) do processo iniciado já em 1933, isto é, o reforço a especialização produtiva da cana-de-açúcar, o alastramento da pauperização sobre o estado, a intensificação do êxodo rural, menor grau de desenvolvimento das forças capitalistas de produção e da divisão social do trabalho e agravamento ainda maior da concentração da rede urbana alagoana, entre outros elementos

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Côrrea de. *A terra e o homem no Nordeste*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências*. pag 17-25. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana. In: *Geografia, espaço e memória*. pag 93-117. São Paulo: Terra Livre-AGB, N°10, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local*. Campinas, SP:Unicamp, 2007
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970*. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 2007.
- _____. *Desconcentração produtiva regional no Brasil: 1970-2005*. 3 ed. São Paulo:Unesp, 2008.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. Setor Sucroalcooleiro de Alagoas: A Ultra-especialização produtiva como estratégia competitiva. In. *Revista Economia & Desenvolvimento*. Vol.6 n.2. pag 259-286. , 2008.
- _____. *Formação histórica de Alagoas*. Maceió. 4ª ed. Maceió: Edufal, 2015.
- COSTA, Craveiro. *Alagoas em 1931: inqueritos economicos, financeiros, politicos e sociais*. Maceió: Imp. Oficial, 1932.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. A vida urbana em Alagoas: A importância dos meios de transporte na sua evolução. In: *Geografia, espaço e memória*. São Paulo: Terra Livre, N°10. pag 93-116, 1994.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. *O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool/Serviço de Documentação, 1949.
- _____. *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*. Coleção Nordestina. 2ª ed. Maceió: Edufal, 2012.
- EMBRAPA. Análise da Evolução da Canavicultura nos Tabuleiros Costeiros de Alagoas e Decomposição do Valor Bruto da Produção (VBP) nos Efeitos Área Produtividade e Preços, por meio do Modelo Shift-Share. *Boletim de Pesquisa e desenvolvimento*. Aracajú/SE. Dezembro, 2015.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 33 ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2006

GONÇALVES, Alberto. Delmiro Gouveia: *Era uma vez no sertão*. Ribeirão Preto/SP: Fábrica dos Sonhos, 2010.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos, 1872, 1890, 1920, 1940, 1960, 1970, 1980, 1991*, Rio de Janeiro.

IPEA. Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil (*Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*). Vol 1. Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasília/DF, 2002.

LIMA, Araken Alves. *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional*. IE/UNICAMP. Campinas/SP, 2006. (tese de doutorado em desenvolvimento econômico).
_____. *Evolução da Agroindústria Canavieira alagoana no século XX*. Maceió: Edufal, 2014.

LIRA, Fernando José de. *Crise, Privilégio e Pobreza*. Maceió/AL: Edufal 1997.

LIMA JÚNIOR, Felix. *Maceió de Outroa*. Vol 1. Pensar Alagoas Coleção. Ed: Imprensa oficial Graciliano Ramos. Maceió/AL, 2014.

LOPES, Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes. *Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX*. IE/UNICAMP. 203 f. Campinas, 2018. (dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico).
_____. *A formação e transformação da rede urbana alagoana no século XX*. Anais do IV SEDRES- Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. Palmas/TO, 2018.

LUSTOSA, Maria Cecilia Junqueira. O Polo Cloroquímico de Alagoas. *Série Apontamentos*. Maceió: Edufal, 1997.

MACEDO, Fernando Cezar de. Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, Nº.25. pag 35-50, jan/abr/2013

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Operários em movimento – documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)*. Maceió:EDUFAL, 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Contribuição á revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE (30 Anos de Economia), 2006.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. Ed: Brasiliense, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Marcos Antonio Dantas de. *Crescimento e Estagnação do Cooperativismo Agrícola na Região Fumageira de Arapiraca*. PRODEMA/UFAL, Arapiraca. 215 f. 2005 (dissertação de mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento).

PALACIOS, Juan Jose Lara. El concepto de región: la dimensión espacial de los procesos sociales. *Revista Interamericana de Planificación*, México: Sociedad Interamericana de Planificación, N°66, pag.56-68, 1983

RAMOS, Pedro. *Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*. 258 f FGV/EAESP. 1983 (dissertação de mestrado em administração de empresas).

ROFMAN, Alejandro. *Desigualdades regionales y concentración económica: el caso Argentino*. Buenos Aires: Ediciones Siap, 1974. 150 p.

SALDANHA, Alberto & LESSA, Golbery. (org). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2011.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Museu do Açúcar; 1970.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo. Editora: USP, 2013.

SANTOS, Ana Paula Teodoro dos. *A reestruturação do território da região fumageira*. PPGe/UFRN. 230 f. 2014. (dissertação de mestrado em geografia).

STEIN, Stein. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SORMANI, H. Formación social y formación espacial: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. *Estudios Sociales Centro Americanos*, Costa Rica. N° 6, p. 147-173, 1977.

SUDENE. *O Sistema FINOR: resultados e sugestões de aprimoramento*. Fortaleza, Fortaleza, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil: 1930/1975*. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In: *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Fiori, J (org). Ed: Vozes. 3ª ed. Petropolis, 2000.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. *A agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização*. 2ª ed. Campinas/SP: átomo, 2015.